



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 15889.000448/2008-18
Recurso nº Voluntário
Resolução nº **1301-000.129 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Data 12 de junho de 2013
Assunto IRPJ/OMISSÃO DE RECEITAS
Recorrente AGROINDUSTRIAL MACATUBA LTDA. (Responsavel tributário: JULIO CESAR BOTELHO)
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os Membros deste Colegiado, por unanimidade de votos, SOBRESTAR o presente julgado, nos termos do artigo 62-A, do Anexo II, do Regimento Interno deste CARF, conforme relatório e voto proferidos pelo relator.

(assinado digitalmente)

Plínio Rodrigues Lima – Presidente

(assinado digitalmente)

Paulo Jakson da Silva Lucas – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Plínio Rodrigues Lima, Valmir Sandri, Wilson Fernandes Guimarães, Paulo Jakson da Silva Lucas, Edwal Casoni de Paula Fernandes Junior e Carlos Augusto de Andrade Jenier.

Relatório

Por bem descrever os fatos, valho-me do relatório elaborado por ocasião do julgamento do processo em primeira instância, a seguir transcrito:

Contra a empresa epigrafada foi lavrado o auto de infração de fls. 4/84, relativos aos anos calendários de 2002 e 2003, a exigir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica — IRPJ, apurado pelo lucro arbitrado, no valor de 2.901.575,94 (fl. 4), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL, no valor de 1.321.998,69 (fl. 32), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social — Cofins, no valor de 8.248.229,40 (fl.23) e Contribuição para o Programa de Integração Social — PIS, no valor de 1.786.708,37 (fl. 13), acrescidos de juros de mora e multa de ofício de 150%, totalizando crédito tributário de R\$ 47.566.835,38.

Conforme descrição dos fatos e Termo de Verificação Fiscal de fls. 40 a 84, foi apurada omissão de receitas referente a depósitos e investimentos, realizados junto a instituições financeiras, em que a contribuinte, omissa não localizada, não comprovou, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

A fiscalização teve origem de demanda judicial, ação criminal nº 2002.6108008326-0.

Em 23/02/07, foi efetuado a tentativa de ciência pessoal do Termo de Início de Fiscalização e Intimação Fiscal (TIFIF), não sendo localizado o estabelecimento, conforme Termo de Constatação Fiscal da inexistência da empresa de fl. 74 e fotos de fls. 75 a 82.

Tentou-se a ciência do TIFIF através de sócios da empresas Caragud Factoring Fomento Comercial Ltda. e Elisio Participações e Fomento Comercial Ltda., Elisio Scarpini Júnior e Vilma Tereza Scarpini, mediante AR. Novas tentativas sem êxito, pois não foram encontrados nos endereços constantes do cadastro do CPF, fls. 83 a 90.

Foi emitido MPF-Extensivo — Destilaria Macatuba S.A., com intuito de buscar mais informações sobre a Agroindustrial, obtendo instrumento particular de distrato de locação de imóvel, datado de 31/05/2003, no qual a Agroindustrial assina como sublocatária; bem como informação de que a Agroindustrial não funcionou no local, utilizou somente os tanques.

Em 23/03/07, foi dado início à fiscalização através de Edital afixado em 23/03/07.

Foram emitidas requisições de movimentação financeiras (RMF) junto aos bancos Bradesco, Itaú, Safra, sendo requisitadas dados cadastrais e extratos bancários relativas as movimentações financeiras da fiscalizada nas respectivas instituições, sendo das respostas recebidas compiladas pela fiscalização.

Foram emitidos MPF-Extensivo para pessoas físicas e jurídicas que tiveram operações com a fiscalizada.

A empresa Agroindustrial foi constituída em 25/01/2002, tendo como objetivo a 'fabricação e comercialização de álcool e outras atividades correlatas', havendo alteração de seu quadro societário e sendo constituídas filiais, uma das quais em Cuiabá/MT, encontrando-se todas com a situação cadastral INAPTA — OMISSA NÃO LOCALIZADA.

O domicílio fiscal da fiscalizada, constante do CNPJ é a Fazenda Passa Dois s/n, Macatuba/SP, local em que se constatou encontrar-se uma destilaria desativada, cujos equipamentos

encontram-se sucateados, pertencente à Destilaria Macatuba S/A, bem como pelas informações obtidas, nenhum serviço foi realizado no local para reativação da destilaria.

A Destilaria Macatuba S.A. locou o complexo industrial para J.B.V. Empreendimentos Imobiliários LTDA (sócio Valdemar de Bortoli Júnior), que posteriormente o sublocou à fiscalizada.

Na mesma data (01/02/2002), outra empresa de Valdemar de Bortoli Junior, I&P Representações Comerciais de Combustíveis Ltda, firmou contrato de representação comercial para comercialização do combustível (álcool) produzido pela Agroindustrial.

Discorre sobre outros fatos que demonstram relação entre a fiscalizada e Valdemar de Bortoli Júnior, J.B.V. Empreendimentos Imobiliários e Júlio César Mesquita Botelho.

Diante das constatações presentes no termo, o Auditor Fiscal conclui que ficou caracterizada a estreita relação entre a fiscalizada, Valdemar de Bortoli Júnior, J.B.V. Empreendimentos Imobiliários e Júlio César Mesquita Botelho.

DAS OPERAÇÕES PRATICADAS

Dá análise da ação criminal que originou a fiscalização, nº 2002.6108008326-00, contatou-se:

"A fiscalização estadual constatou que o *modus operandi* da agroindustrial consistia, resumidamente em:

- As usinas vendiam álcool para a filial da Agroindustrial da Cuiabá/MT (inexistente). Diligência efetuada pelo fisco estadual, constatou que a filial de Cuiabá/MT é inexistente de fato, fls. 1.514 a 1.515.

- A seguir era emitida nota fiscal de uma terceira distribuidora, vendendo álcool para a Agroindustrial (matriz);

- Por fim, a Agroindustrial (matriz) emitia nota fiscal para as distribuidoras e postos de combustíveis.

Estas operações visavam apenas A. aquisição de álcool com alíquota menor de ICMS, em face das diferenças de alíquotas praticadas pelos diferentes entes federativos.

O *modus operandi* constatado pelo fisco estadual é ratificado pelos seguintes fatos:

- A Agroindustrial nunca realizou a fabricação de álcool (CNAE 1931-4- 00) em virtude de ter sublocado uma destilaria totalmente sucateada, conforme fls. 74 a 82;

- A filial de Cuiabá/MT, além de inexistente de fato, conforme pesquisa CNPJ, fls. 1.384, tem como atividade principal a fabricação de álcool (CNAE 2340-0-00).

- Dos extratos bancários, identificamos diversos pagamentos a diversas usinas/destilarias. Dos históricos bancários, das cópias de cheques e das intimações às usinas, elaboramos planilha "Pagamentos as Usinas/Destilarias de Álcool", fls. 1.525 a 1.531, em montante superior a 82 milhões de Reais.

- Do montante pago as usinas/destilarias, cerca de 66 milhões de Reais foram realizados através da conta 66015, agência 3263, Bradesco, cujo único responsável pela movimentação foi Julio César Mesquita Botelho.

- Somente da COPERSUCAR, realizou, no ano de 2002, operações de compras de álcool na ordem de 38 milhões de litros de álcool, no montante de R\$ 20.766.506,32, conforme relatório enviado mediante intimação, fls. 572 a 574. No total, foram repassados mais de 76 milhões de Reais.

Portanto, a Agroindustrial, nunca produziu álcool, mas simplesmente foi criada para acobertar a comercialização, compra e venda por atacado de álcool, conforme demonstrativo 'Recebimentos de Postos e Distribuidoras', fls. 1.532 a 1.535, com o fim de sonegação de impostos.

E mais, conforme fatos abaixo, demonstraremos que Júlio César Mesquita Botelho foi o responsável pelas operações da Agroindustrial Ltda.

DOS SÓCIOS FUNDADORES

LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA

A análise das suas DIRPF apresenta rendimentos irrisórios, e não constam a cotas da Agroindustrial.

Em consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), consta como servidor da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sao Paulo admitido em 1990 e a partir de 30/07/2006, funcionário da Rede Sol Fuel Distribuidora Ltda, pertencente a Valdemar de Bortoli Junior. Salienta que no período de 03/07/2002 a 28/05/2003, a Rede Sol Fuel teve como sócio a empresa Companhia Brasileira de Combustíveis, de Júlio César Mesquita Botelho. Em pesquisa na Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte — DIRF, AC 2006, consta rendimento com vínculo empregatício junto a Rede Sol Fuel Distribuidora. Foram identificados apenas três lançamentos bancários como beneficiário Luiz Antônio de Souza, num total de R\$ 1.081,30, todos após sua saída de sócio da empresa, constante de período inferior a 4 meses.

"Assim, com base nos elementos acima descritos (pesquisas nos cadastros da Receita Federal do Brasil) podemos concluir que o sócio fundador, Luis Antônio de Souza, não possuía condições econômico-financeiras e gerenciais para gerir um negócio que teve movimentação bancária nos anos-calendário de 2002 e 2003, de mais de 139 milhões de reais.

Portanto, fica demonstrado que Luis Antônio de Souza foi usado somente para a constituição da sociedade, comumente conhecido como laranja!"

FLÁVIA REGINA PADOVAN GAIOLI

"Não apresentou as DIRPF dos exercícios de 2002, 2003. apresentou somente a Declaração de Isento dos exercícios de 2004 e 2007, fls. 1.410. Não consta na base do - Cadastro Nacional de Informações Sociais CNIS, fls. 1.411 e 1.412.-

Foi identificado apenas um lançamento bancário como beneficiária Flávio Regina Padovan Gaioli, no valor de R\$ 300,00, após sua saída de sócio da empresa, constante de período inferior a 4 meses.

"Assim, com base nos elementos acima escritos (pesquisas nos cadastros da Receita Federal do Brasil) podemos concluir que a sócia fundadora, Flávia Regina Padavon Gaioli, não possuía condições econômico-financeiras e gerenciais para gerir um negócio que teve movimentação bancária nos anos-calendário de 2002 e 2003, de mais de 139 milhões de reais.

Portanto, fica demonstrado que Flávia Regina Padavon Gaioli foi usada somente para a constituição da sociedade, comumente conhecido como laranja."

DOS SUCESSORES

CARAGUA FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA

Empresa INAPTA - OMISSA NÃO LOCALIZADA, tem como sócios, Elísio Scarpini Junior e Vilma Tereza Sacarpini. A empresa apresentou DIPJ inativa nos exercícios de 2002 e 2004. No exercício de 2003, encontra-se omissa.

ELISIO PARTICIPAÇÕES E FOMENTO COMERCIAL LTDA

Empresa INAPTA - OMISSA NA() LOCALIZADA, teve como sócios, Elísio Scarpini Júnior e Vilma Tereza Sacarpini.

A última declaração apresentada foi do exercício 2001 - DIPJ Inativa.

ELÍSIO SCARPINI JUNIOR

Na DIRF - AC 2002, consta como beneficiário das empresas Star Petróleo do Brasil Ltda e Tendência & Stylo Têxtil Ltda. Nas DIRPF AC 2002 e 2003, constata rendimentos de R\$ 12.000,00 e na última declaração apresentada, 2004, não informa rendimentos. Consta como responsável por diversas empresas no CNPJ, sendo ligadas à presente fiscalização as abaixo citadas, todas em situação irregular junto ao cadastro CNPJ:

STAR PETRÓLEO DO BRASIL LTDA

Empresa INAPTA — OMISSA NÃO LOCALIZADA, tem como sócios as empresas Star Empreendimentos Ltda e Star Participações e Transportes Ltda.

STAR PARTICIPAÇÕES E TRANSPORTES LTDA

Empresa INAPTA — OMISSA NÃO LOCALIZADA, tem como sócios as empresas Caragud Factoring Fomento Comercial Ltda e Elísio Participações e Fomento Comercial Ltda.

"Pelo acima exposto, constata-se que as empresas sucessoras de Luiz Antônio Souza e Flávia Regina Padovan Gaioli, também foram constituídas (empresas de fachada) somente para acobertar operações ilícitas."

VILMA TEREZA SCARPINI

Vilma Tereza Scarpini é mãe de Elísio Scarpini Junior, tendo em 2.000 entregue a Declaração de Isento. Não entregou a declaração nos exercícios de 2001 a 2003 e, nos exercícios de 2.004 e 2.005, entregou a Declaração sem movimento.

"Com base nos elementos acima descritos (pesquisas nos cadastros da Receita Federal do Brasil) podemos concluir 'que as empresas sucessoras (Caragud Factoring Fomento Comercial Ltda e Elísio Participações e Fomento Comercial Ltda), bem como os sócios destas (Elísio Scarpini Junior e Vilma Tereza Scarpini), também não possuem condições econômico-financeiras e gerenciais para gerir um negócio que teve movimentação bancária nos anos de 2.002 e 2.003, de mais de 139 (sic) de reais.

Não bastasse isso, conforme, item a seguir, demonstraremos que Elísio Scarpini Junior e Vilma Tereza Scarpini não foram responsáveis pelas operações bancárias abaixo."

DAS CONTAS BANCÁRIAS**BANCO SAFRA**

Identifica que cheques foram assinados pelo "sócio fundador" Luis Antônio de Souza no período de abril a julho/2002, período que já se encontrava excluído da sociedade, concluindo ser este mais um elemento a demonstrar que era um funcionário a serviço dos verdadeiros responsáveis.

Recebeu do Banco Safra "cópia de procuração, de 15/05/2002, fls. 465 a 468, em que a Agroindustrial, representada pelo sócio gerente Elisio Scarpini Junior, nomeia e constitui sua bastante procuradora, com amplos poderes, a empresa PRO-QUALITY PETRÓLEO LTDA., CNPJ 00.482.470/0001-39, sendo que a procuradora sera representada por qualquer um dos seus Sócios e/ou Diretores.

Destacamos que a empresa PRO-QUALITY PETRÓLEO LTDA. tem como sócio Júlio César Mesquita Botelho, fls. 1.470."

Dos dados cadastrais, observou que o endereço para correspondência é Rua Vieira de Moraes, 1.438, Campo Belo/SP (endereço de Júlio César Mesquita Botelho) e os telefones (11) 5543-2997, 5536-9893 e 5533-0707. Constata que há divergência entre as assinaturas presentes em cheques e cartões de assinatura, supostamente de Elisio Scarpini Junior em confronto com assinaturas deste no contrato social, concluindo que "os elementos acima indicam que todos os documentos apresentados pela instituição financeira não foram assinados por Elisio Scarpini Junior e, sim, por outra pessoa."

"Temos aqui mais um indício de que Elisio Scarpini Junior e, conseqüentemente, as empresas em seu nome, foram utilizadas somente para acobertar os verdadeiros responsáveis."

BANCO BRADESCO — Conta 48.030-4.

"Do Cadastro de Clientes, verifica-se que o endereço para correspondência e do titular da conta era Av. independência, 3181, sala 08, bairro Alto da Boa Vista, Ribeirão Preto/SP e o Telefone (16) 620-8078, fls. 107. É de se estranhar o endereço e o telefone acima, pois eram os mesmos da empresa a J. B. V. Empreendimentos Imobiliários Ltda, conforme pesquisa CNPJ/DIPJ, fls. 1502 e 1504, respectivamente.

Na Ficha — Proposta de Abertura de Conta de Deposito Pessoa Jurídica, fls. 413, consta Luis Antônio se Souza como único a assinar isoladamente pela conta."

Constata divergência entre as assinaturas de Luis Antônio de Souza em documentos apresentados pelo Bradesco, comparando-se com assinaturas presente no Contrato Social da Agroindustrial e em cheques, concluindo que os cheques não foram assinados por Luis Antônio de Souza.

"A instituição financeira não apresentou qualquer alteração cadastral que 111, aponte outra pessoa responsável pela movimentação bancária."

BANCO BRADESCO — Conta 66.015-9

Dos elementos apresentados pelo Banco, Cadastro de Clientes, tem como representantes Elisio Scarpini Júnior (sócio gerente) e Júlio César Mesquita Botelho (procurador). Do Cadastro de Clientes, observa-se o endereço para correspondência é Rua Vieira de Moraes, 1438, Campo Belo, São Paulo/SP e o telefone informado (11) 5533-0707, ambos ligados a Júlio César Mesquita Botelho e/ou suas empresas.

Dá análise de assinaturas em documentos e cheques, conclui que estas indicam ser de Júlio César Mesquita Botelho e que "o total movimentado por esta conta foi de R\$ 95.430.785,93, e segundo as copias de cheques e ordens de transferências bancárias, podemos inferir que o único responsável por esta conta foi Júlio César Mesquita Botelho".

DOS BENEFICIÁRIOS DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A Autoridade Fiscal apresenta vários fatos, empresas em que Júlio César de Mesquita Botelho faz parte do quadro societário e tiveram relação com a fiscalizada; valores destinados a pessoas ligadas; despesas pagas; que entende demonstrar ser Julio César de Mesquita Botelho o responsável pela Agroindustrial Macatuba LTDA.

Em especial:

a) Depositados vários cheques oriundos das contas da Agroindustrial na conta corrente de Júlio César de Mesquita Botelho, perfazendo um total de R\$ 298.727,31.

Intimado a esclarecer a natureza das operações com a empresa Agroindustrial que resultaram nas transações bancárias acima, respondeu que se referiam ao pagamento relativo à venda do ponto comercial localizado na capital do Estado de São Paulo, entretanto não apresentou nenhum documento que comprovasse tal alegação.

Em pesquisa ao CNPJ verifica-se que a empresa Mesquita Y Botelho Consulting Ltda, de sua propriedade, tem como domicilio fiscal o mesmo endereço objeto da suposta venda, desde 30/03/2000.

Na DIRPF/04, continuou a informar como seu domicilio o endereço supostamente objeto de alienação.

b) Valores destinados a Juliana Saraiva Rodrigues.

Diante dos indícios de relação pessoal em Juliana e Júlio, e transações bancárias realizadas entre Juliana e Agroindustrial, foi ela intimada a esclarecer as operações, no valor de R\$ 15.970,50, respondendo:

"...vem esclarecer que apesar da utilização de contas correntes (individual e/ou conjunta) em seu próprio nome, todas as transações financeiras realizadas referem-se exclusivamente a operações promovidas entre a empresa Agroindustrial Ltda, CNPJ (...) e Júlio César Mesquita Botelho,..." Em conjunto com Juliana, Júlio César Mesquita Botelho, esclareceu:

"2. O valor de R\$ 15.970,50, creditado em 24/01/2003, teve como beneficiário e destinatário dos recursos Júlio César Mesquita Botelho..." e também se referiam ao pagamento relativo 6. venda do ponto comercial localizado na capital do Estado de São Paulo.

c) Valores destinados a André Mesquita Botelho.

Irmão de Júlio César Mesquita Botelho, foi beneficiado com cheques no valor de R\$ 17.319,43.

d) Valores destinados a Gisele Saraiva Rodrigues.

Irmã de Juliana Saraiva Rodrigues, que conforme demonstrado, tinha estreita relação pessoal com Júlio César Mesquita Botelho, foi beneficiada com transações bancárias no valor de R\$ 3.272,00.

e) Valores destinados a Silvia Maria Tokunaga.

Ex-esposa de Júlio César Mesquita Botelho, foi beneficiada com transações bancárias no valor de R\$ 1.000,00.

f) Valores destinados a Mesquita Y Botelho Consulting Ltda, empresa pertencente a Júlio Cesar Mesquita Botelho. Foi beneficiada com transações bancárias no valor de R\$ 29.844,15.

g) Valores destinados a Pro-Quality Petróleo Ltda, empresa pertencente a Júlio Cesar Mesquita Botelho. Foi beneficiada com transações bancárias no valor de R\$ 99.420,66.

h) Valores destinados a M. B. Participações e Empreendimentos Ltda, • empresa pertencente a Júlio César Mesquita Botelho. Foi beneficiada com transações bancárias no valor de R\$ 3.000,00.

i) Star Petróleo do Brasil Ltda Empresa, embora pertencente a empresas de Elísio Scarpini, tem profunda relação com Júlio César Mesquita Botelho.

"Conforme Boletim de Ocorrência de Autoria Conhecida nº 027/2003 (flagrante), fls. 1516 a 1524, tendo como indiciado Julio César Mesquita Botelho, temos:

- Foi realizada diligência na Rua Vieira de Moraes, 1438, Campos Belo, São Paulo/SP, onde Júlio César Mesquita Botelho se identificou como responsável pelo escritório;

- Júlio César Mesquita Botelho é identificado como contador e advogado da Star Petróleo do Brasil Ltda e apresentou à fiscalização do Estado algumas notas fiscais de entradas e saídas. Posteriormente, em depoimento, fez constar que:

'... não é o responsável técnico pela execução da contabilidade da empresa Star Petróleo do Brasil...';

'...os documentos acima referidos, com os demais, haviam sido enviados pelos clientes e estavam aguardando a análise do contador responsável, Sr. Raul Vieira da Silva, que presta serviços para o escritório...' Foram encontradas, também, notas fiscais em branco da empresa Star Petróleo do Brasil Ltda.;

Raul Vieira da Silva consta como responsável pelo preenchimento da DIPJ da empresa M. B. Participações e Empreendimentos Ltda."

Também consta em pesquisa CNIS, Raul Vieira da Silva, como funcionário da empresa Mesquita Y Botelho Consulting Ltda e da Agroindustrial.

Através de circularização junto às empresas Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S.A. e Destilaria Grizzo. foi informado que não realizaram transações comerciais com a Agroindustrial, sendo os pagamentos imputados a Star Petróleo do Brasil Ltda.

Conclui que a Star Petróleo do Brasil Ltda é controlada por Julio César Mesquita Botelho, tendo sido beneficiada com transações bancárias no valor de R\$ 2.708.726,56.

j) Valores destinados a Fernanda Scarpin Cavalcanti. Funcionária Mesquita Y Botelho Consulting Ltda, foi beneficiada com transações bancárias no valor de R\$ 168,00.

k) Valores destinados Sandro da Silva. Funcionário Mesquita Y Botelho Consulting Ltda, foi beneficiado com transações bancárias no valor de R\$ 78.627,94.

l) Valores destinados Rodrigo Nogueira Skaf. Declarou em BO riº 027/2003 'prestar serviços gerais para o contador Júlio César Mesquita Botelho', foi beneficiado com transações bancárias no valor de R\$ 416,35.

m) Valores destinados Raul Vieira da Silva. Funcionário Mesquita Y Botelho Consulting Ltda e posteriormente Agroindustrial Ltda, bem como, conforme depoimentos em BO no 027/2003, possui estreitos laços profissionais com Mho César Mesquita Botelho. Foi beneficiado com transações bancárias no valor de R\$ 9.550,00.

n) Despesas Pagas Foram pagos, através da conta 8702-5, agência 1659, Banco had, da Agroindustrial, várias contas telefônicas (números 3844-7744; 5052-7181; 5533-0707; 6208- 0780 e 0620-8078) que pelo 'histórico', foram identificados referidos números nos cadastros CPF, DIRPF, DIPJ e CNPJ e Bancos como pertencentes a Júlio Cesar Mesquita Botelho e/ou pessoas físicas/jurídicas a ele ligadas.

DO RESPONSÁVEL DE FATO:

"Dos elementos e fatos acima descritos fica demonstrado que:

A agroindustrial, conforme contrato social, teve por objetivo o ramo de fabricação e comercialização de álcool e outras atividades correlatas. Entretanto, os fatos demonstraram que efetuou somente a compra e venda de álcool e não a fabricação de álcool.

Com relação aos sócios fundadores, Luiz Antônio de Souza. CPF 082.838.548-36, Flávia Regina Pandovan Gaioli. CPF 145.448.398-90:

- Ficou demonstrado não possuir, à época, capacidade econômico-financeira e gerencial para administrar um negócio complexo e volumoso como o comércio de combustíveis, mais especificamente, o do álcool.

- Permaneceram na sociedade pelo prazo de menos de 4 meses;

- Pelos valores identificados nas contas bancárias, foram beneficiados com valores irrisórios e pelos históricos dos lançamentos indicam ser apenas 'funcionários' de Júlio César Mesquita Botelho;

Os sócios sucessores, as empresas Caragud Factoring Fomento Comercial Ltda, CNPJ 68.912.195/0001-80 e Elisio Participações e Fomento Comercial Ltda, CNPJ 00.609.109/0001-20. ambas tendo como sócios Elisio Scarpini Junior, CPF 305.773.418-98 (sócio gerente de ambas as empresas) e Vilma Tereza Scarpini — CPF 005.452.898-40, também foram utilizados para acobertar suas operações.

- Ambas as empresas encontravam-se em situação irregular no período de operação da Agroindustrial;

- Os sócios, Elisio Scarpini Junior e sua mãe e(sic) Vilma Tereza Scarpini, demonstravam não possuir, à época, capacidade econômico, financeira e gerencial para administrar um negócio complexo e volumoso como o comércio de combustíveis, mais especificamente, o do álcool.

- Nenhuma operação bancária da agroindustrial, seja cheque ou ordem bancária, foi assinada por Elisio Scarpini Junior ou Vilma Tereza Scarpini. Também não foram identificados quaisquer valores para eles.

Da conta bancária de nº 31.727-3, agência 11200 (Ribeirão Preto/SP), Banco SAFRA, constatamos:

- Foram movimentadas por Luis Antônio de Souza mesmo após a sua saída da sociedade;

- A Agroindustrial Ltda., representada pelo sócio gerente Elisio Scarpini Junior, nomeou e constituiu sua bastante procuradora, com amplos poderes, a empresa Pro- Quality Petróleo Ltda, CNPJ 00.482.470/0001-39, sendo que a procuradora será representada por qualquer um dos seus Sócios e/ou Diretores, sendo que citada empresa tem como sócio Júlio César Mesquita Botelho.

Da conta bancária de nº 8702-5, agência 1659 (Campo Belo/SP), Banco ITAÚ, constatamos:

- Todas as assinaturas constantes dos documentos bancários são completamente diferentes da assinatura de Elisio Scarpini Junior aposta no Contrato Social;

- Nenhum cheque e/ou transferência bancária teve como beneficiário a empresa Caragud Factoring Fomento Comercial Ltda. ou Elisio Participações e fomento Comercial Ltda. Os seus sócios, Elisio Scarpini Junior e Vilma Tereza Sacarpini, também não foram beneficiados por qualquer valor.

Da conta bancária de nº 48.030-4, Agência 0680 (Ribeirão Preto/SP), Banco BRADESCO, constatamos:

- Os documentos cadastrais indicam Luis Antônio de Souza como responsável pela referida conta;

- As assinaturas constantes do cartão de assinatura divergem da aposta no contrato social da Agroindustrial;

- As assinaturas contidas dos cheques divergem mais ainda das anteriores, indicando pertencer à outra pessoa, mas não identificada.

A conta bancária de nº 66.015-9, Agência 3263-8, Banco Bradesco, Congonhas — USP/SP, constatamos:

- Tem como responsáveis pela conta Elisio Scarpini Júnior (sócio gerente) e Júlio César Mesquita Botelho (procurador). O instrumento de procuração não foi apresentado pelo banco em virtude de não ter sido localizado. Não foi, também, apresentada a cópia do cartão de assinatura.

- Esta é a principal conta da Agroindustrial, tendo movimentado R\$ 95.430.785,93.

- Todas as cópias de cheques e outros documentos foram assinados somente por Júlio César Mesquita Botelho;

Estranhamente, os dados cadastrais das contas bancárias indicam os endereços abaixo para fins de correspondência. Ressaltamos que a Agroindustrial tem sua matriz em Macatuba/SP, uma filial em Cuiabá/MT e outra em São Paulo/SP, mas localizado na Rua Vicente Leporace, 1.353, Campo Belo, São Paulo/SP. Os sócios fundadores e as empresas sucessoras, inclusive os sócios destes, também não possuem domicílio nestes locais.

- Rua Vieira de Moraes, 1438, Campo Belo, São Paulo/SP e o telefone informado é (16) 5533-0707. Este endereço pertence a Júlio César Mesquita Botelho.

- Av. Independência, 3181, sala 08, Bairro Alto da Boa Vista, Ribeirão Preto/SP e o telefone (16) 620-8078. Este é o antigo endereço empresa J. B. V.

Empreendimentos Imobiliários Ltda, conforme pesquisa CNPJ.

Portanto, o responsável, de fato, pela operação da agroindustrial foi Júlio César Mesquita Botelho.

Além disso, Júlio César Mesquita Botelho foi o principal beneficiário pela movimentação bancária, seja diretamente através de cheques depositados/transferidos para as suas contas, como para as suas empresas (Mesquita Y Botelho Consulting Ltda, Pro-Quality Petróleo Ltda. e M. B. Participações e Empreendimentos Ltda.)

Além dele, pessoas ligadas a ele por laços de parentescos foram beneficiadas, principalmente Juliana Saraiva Rodrigues, André Mesquita Botelho, Gisele Saraiva Rodrigues e Silvia Maria Tokunaga.

Também outras pessoas, com ou sem vínculo empregatício, ligadas profissionalmente a Júlio César Mesquita Botelho e a suas empresas, foram beneficiadas, tais como Fernanda Scarpin Cavalcanti, Sandro da Silva e Raul Vieira da Silva, funcionários da empresa Mesquita Y Botelho Consulting Ltda; e Rodrigo Nogueira Skaf.

A empresa, a Star Petróleo do Brasil Ltda., embora pertencente a empresas de Elísio Scarpini Júnior (Caragud Factoring e Elísio Participações), que possuía profunda relação com a Julio Cesar Mesquita Botelho, também foi beneficiada.

E mais, foram pagas despesas das seguintes contas telefônicas:

- TELEFONE 3844-7744, das empresas Star Empreendimentos Ltda e Star Participações e Transportes Ltda., empresas de Elísio Scarpini Junior.

- TELEFONE 5052-7181, das seguintes pessoas/empresas: Julio Cesar Mesquita Botelho; Juliana Saraiva Rodrigues; Pro-Quality S/A Trading Company (Pro-Quality Petróleo Ltda.); Companhia Brasileira de Combustíveis (Brascom); Marca Brasil Petróleo S/a;

Sollucon Soluções Comerciais Ltda (empresa de Juliana)

- TELEFONE 5533-0707, das seguintes pessoas/empresas: Júlio César Mesquita Botelho; Juliana Saraiva Rodrigues; Star Empreendimentos Ltda (empresa de Elísio Scarpini Júnior); Star Participações e Transportes Ltda. (empresa de Elísio Scarpini Junior);

Mesquita Y Botelho Consulting Ltda; Pro-Quality Petróleo Ltda.; M.B. Participações e Empreendimentos Ltda. e 3J Invest Company Ltda.

- TELEFONE 0620-8078, da empresa J.B.V. Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Cadastro da conta 48.030-4, agencia 680-7, Bradesco, Ribeirao Preto.

Portanto, pelos fatos constatados, não resta dúvida que Júlio César Mesquita Botelho é o mentor e responsável por todas as operações realizadas através da Agroindustrial Ltda."

DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO

Diante dos fatos apurados, concluiu a Autoridade fiscal que a empresa realizou somente a comercialização de álcool, motivo que teve suas atividades enquadradas no "CNAE Fiscal 4681-8/01 — Comércio Atacadista de Alcool Carburante, Biodiesel, Gasolina e Demais Derivados de Petróleo, Exceto Lubrificantes, Não Realizado por Transportador Retalhista (T.R.R.)".

Concluindo, outrossim, que Julio Cesar Mesquita Botelho foi o responsável pela constituição e gestão da empresa fiscalizada, efetuou representação junto ao Delegado da Receita Federal em Bauru, para de ofício, efetuar alteração cadastral da empresa Agroindustrial Macatuba Ltda,

incluindo no quadro societário Júlio César Mesquita Botelho, como Sócio- Administrador e Responsável pela empresa perante o CNPJ.

"Feita a inclusão de ofício de Julio César Mesquita Botelho, fls. 1578 e 1581, o mesmo há de ser pessoalmente responsabilizado pelas obrigações tributárias da fiscalizada, conforme art. 135 do Código Tributário Nacional".

DA RECEITA APURADA

Considerando que a Agroindustrial não foi encontrada, nem seus representantes legais, foi apurada através dos extratos bancários a receita da empresa.

Os extratos foram relacionados em planilhas, efetuando-se as exclusões identificadas pelos históricos, restando assim os créditos a comprovar, que, tendo em vista a não localização da empresa e dos seus representantes legais, ficou impossibilitada a intimação para comprovação da origem desses créditos.

Desta forma, foram elaboradas planilhas "créditos bancários não comprovados" e considerados como omissão de receita nos termos do art. 42 da Lei 9.430/96.

DA TRIBUTAÇÃO PELO LUCRO ARBITRADO

"Considerando que a empresa não foi localizada no domicílio informado no CNPJ e, que a fiscalização foi iniciada mediante edital, não restou outra opção send() o arbitramento do lucro decorrente dos créditos bancários de origem não comprovados."

O arbitramento fundamentou-se nos art. 529 e 530 do RIR/99, sendo aplicada base de cálculo de 9,6% para fins de arbitramento, conforme previsão dos art. 15 e 16 da lei 9.249/95, prevista para comerciantes atacadistas.

DA MULTA QUALIFICADA

"Comprovada a simulação, há de ser exigida os tributos e contribuições incidentes sobre a receita tributável apurada pela fiscalização da firma individual, ora inscrita de ofício, acrescidos de juros de mora e multa qualificada (150%) conforme disposto no art. 71 a 73 da Lei nº4.502/1964, e artigo 44, I, § 10 da Lei 9.430/1996".

TERMO DE SUJEIÇÃO PASSIVA — RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA

No exercício das funções de Auditor-Fiscal da receita Federal do Brasil, conforme Termo de Verificação Fiscal, cópia anexo, ficou demonstrada que Júlio César Mesquita Botelho foi o mentor e responsável por todas as operações realizadas através da Agroindustrial Macatuba Ltda. Diante disso, o mesmo foi incluído de ofício no quadro societário da empresa retro mencionada.

Ante o exposto, restou caracterizada a Sujeição Passiva - Responsabilidade Tributária nos termos do art. 135 da Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional)."

Cientificada do lançamento em 28/10/2008, através de ciência por edital de fl. 1.584, a interessada não apresentou impugnação do lançamento, ou recolhimento do crédito tributário exigido, nem apresentou prova de interposição de medida judicial para anular o lançamento ou suspender a exigibilidade do crédito tributário, motivo que foi declarada revel em 28/11/2008 (fl. 1.588).

Cientificado Júlio César Mesquita Botelho do Termo de Sujeição Passiva - Responsabilidade Tributária e do lançamento em 04/11/2008, através de ciência postal, conforme AR de fl. 1.586, este, ingressou, em 03/12/2008, com peça impugnatória de fls. 1.589/1.599 e 1.602/1.617 e

documentação anexa de fls.1.618/1.640, sendo esta referente a demonstrativo dos valores totais recebidos da agroindustrial (fls. 1.618), certidão de distribuições cíveis da comarca de São Paulo — Capital (fl .1.619; 1.628; 1.636), pesquisa processos — 10 instância — comarcas da capital — cível (fls. 1.620/1.622; 1.624/1.625; 1.629/1.635; 1.637/1.639), consulta Serasa (fl. 1.623) certidão 2º tabelião de protestos de letras e títulos — São Paulo (fl. 1.626), cópia de saldo de conta corrente e investimento (fl. 1.627), envelope endereçamento (if 1.640).

Como, pela análise da peça impugnatória e anexos, não havia documentos que comprovassem o reconhecimento da assinatura do signatário da impugnação, não havendo reconhecimento de firma por cartório de notas ou por servidor da RFB, foi encaminhado o presente processo à DRF/Bauru para que fosse instruído com os documentos que comprovem o reconhecimento da assinatura do signatário da impugnação.

Intimado o signatário da impugnação para apresentar documentos que comprovem o reconhecimento de sua assinatura, este apresentou resposta de fl. 1.647 encaminhando cópia autenticada do documento de identidade profissional e do CPF (fls. 1.648 e 1.649).

Alega o responsável tributário em sua impugnação:

1 — Preliminarmente, que o Termo de Sujeição Passiva não poderá prosperar e deverá ser declarado nulo em decorrência dos seguintes aspectos:

a) Vício formal, em decorrência da ausência dos requisitos previstos nos incisos II e VI do art. 10 c/c artigo 22, todos do Decreto nº 70.235/72.

Que o Termo de Verificação Fiscal foi lavrado sem data e hora, sem assinatura do AFRFB e com ausência de numeração e rubrica nas respectivas folhas, e sendo o Termo de Sujeição Passiva dele decorrente, deveriam ser declarados nulos por vício formal.

Que o Termo de Sujeição Passiva também está eivado de vício formal, por omissão da disposição legal infringida e a penalidade aplicável, limitando-se a indicar o artigo 135 do CTN, apesar deste não se amoldar aos fatos.

b) Ter sido lavrado por pessoa incompetente, nos termos do artigo 59, inciso 1 do Decreto nº 70.235/72.

Não é atribuição do AFRFB a imputação de responsabilidade, sendo esta matéria inerente A. execução fiscal, de competência da Procuradoria da Fazenda Nacional, devendo o Termo de Sujeição Passiva ser declarado nulo.

c) Preterição do direito de defesa, nos termos do artigo 59, inciso II do Decreto nº 70.235/72.

O Termo de Verificação Fiscal está lastreado em inúmeros elementos de cunho probatório que se encontram entre as fls. 75 a 1.581 do respectivo processo fiscal, não tendo o impugnante sido cientificado desses elementos, o que prejudica sua defesa, inviabilizando a realização de quaisquer requerimentos de produção de provas, diligências e perícias, os quais não são admitidos de forma genérica.

"O Termo de Verificação Fiscal menciona que a fiscalização se originou de demanda judicial, ação criminal no 2002.6108008326-0, omitindo qualquer indicação acerca da respectiva vara, juízo ou comarca que o aludido processo criminal tramita, impossibilitando qualquer manifestação do interessado acerca desse relevante fato."

Ressalta que não se aplica ao presente caso a alegação de que os documentos estão a sua disposição para vistas e cópias, pois tem domicílio em São Paulo e o procedimento fiscal foi realizado em Bauru, que dista 800 Km de ida e volta. Cita artigos da Lei 9.784/99 e julgados que entende fundamentar seu entendimento.

d) Ausência de procedimento Essencial, determinado no artigo 2º do Decreto nº 3.724 de 10/01/2001, na redação dada pelo Decreto nº 6.104 de 30/04/2007 c/c artigos 2º, 3º, incisos I e II, parágrafo único e artigo 19, todos da Portaria RFB nº 4.066 de 02/05/2007 e artigo 42 da Lei nº 9.430 de 27/12/1996 c/c artigos 2º e 50, incisos I, II e parágrafo único, ambos da Lei nº 9.784 de 29/01/1999, de aplicação subsidiária, nos termos do artigo 69 do referido dispositivo legal.

O AFRFB concluiu os trabalhos sem emissão de MPF contra a impugnante, motivo que o procedimento fiscal não poderá ser convalidado, estando fadado à nulidade, pois a atividade administrativa é vinculada, não havendo discricionariedade acerca da matéria.

Que o entendimento de que as normas que regulamentam o MPF dizem respeito ao controle interno das atividades do órgão arrecadador, não afetando a validade dos lançamentos, não pode ser utilizado, pois tal entendimento diz respeito a períodos anteriores a 02/05/2007, data da vigência do art. 2º do Decreto nº 3.724 de 10/01/2001, com alteração introduzida pelo Decreto nº 6.104 de 30/04/2007.

A grave omissão do AFRFB relativa ao MPF, subtraiu do impugnante a oportunidade de ter se manifestado acerca das disposições contidas no Termo de Verificação Fiscal, antes da lavratura dos Autos de Infração e Termo de Sujeição Passiva, violando direitos do Impugnante, assegurados pela Lei 9.784/1999, art. 2º, parágrafo único, incisos VIII e X, artigo 3º, inciso II, artigos 28, 29 e 38.

Que o lançamento de omissão de receitas decorrente de depósitos bancários de origem não comprovada exige a prévia intimação para fins de comprovação da origem dos recursos. Como não foi aberto MPF em seu nome, não foi regularmente intimado para comprovar a origem dos recursos, o que feriu garantias essenciais de direitos do impugnante.

2 — Questiona o termo de sujeição passiva e sua inclusão de ofício no quadro societário da fiscalizada, discorrendo que em nenhum momento foi lhe dada a oportunidade de defesa, prestação de esclarecimentos ou ainda de alegações finais.

Que para fins de aplicação do art. 135 do CTN é necessário que haja a prática de atos com excesso de poderes ou infração de lei, situação que entende não comprovada.

Que entende haver vários erros no procedimento, destacado:

a) Que fora alegado pelo AFRFB que foi dele a responsabilidade de constituição da empresa, entretanto, só foi incluído como responsável por esta a partir de 06/05/2002, sendo a constituição da empresa em 25/01/2002.

b) Que foi atribuída para o impugnante, de ofício, 98,98% das quotas sociais da empresa fiscalizada, sendo 0,02% aos sócios originais, entretanto restou 1% sem atribuição de responsabilidade.

3 — Que por não ter recebido cópia dos extratos bancários, cheques, planilhas etc, ficam impugnados todos os cálculos lançados, diante da possibilidade de ocorrência de erros materiais, como os já cometidos.

4 — O impugnante protesta pela produção posterior de provas e pela realização de diligências e perícias, indicando o próprio impugnante como perito. Entende que seu pedido, apesar de

genérico, está amparado pela exceção prevista no art. 16, § 4º, alínea "a" do Decreto 70.235/72, devido ao fato do impugnante não ter tido acesso a nenhum dos milhares documentos.

5 — Que a multa qualificada, "sob alegação de 'comprovada simulação', fica impugnada, por ser insubsistente, não se enquadrando nas modalidades previstas em lei que autorizam a respectiva cobrança do percentual duplicado".

6 — Que "a tributação pelo lucro arbitrado utilizando-se o percentual de 9,6% ao invés do percentual de 1,6%, sob alegação de que as atividades da empresa fiscalizada correspondem a comércio atacadista, fica impugnada em virtude da total ausência de provas para fundamentar tal pretensão."

7 — Que "as fundamentações utilizadas para a formação do respectivo convencimento não são consistentes e não tem razoabilidade, pelo contrário, chegam a ser contraditórias."

a) Que a soma de valores recebidos pelo impugnante e pessoas a ele relacionadas resulta na quantia de R\$ 487.198,96, equivalente a menos que 0,4% do total movimentado.

b) Que foi destinado ao pagamento de usinas/destilarias de álcool 67% do total movimentado.

c) Que para empresa Star Petróleo do Brasil, cujos sócios são praticamente comuns A empresa fiscalizada, foi transferido 2,21% do movimento total.

Entende assim, que não foi o maior beneficiário pela movimentação bancária, como demonstrado nos percentuais acima.

8 — Que o AFRFB afirma que o negócio teve movimentação bancária de R\$ 139 milhões, entretanto, a soma de valores relativos a omissão de receita, resultam em R\$ 122,38 milhões.

9 — Que a procuração atribuída pela fiscalizada a empresa Pro-Quality Petróleo Ltda, representada pelo seu sócio Júlio César Mesquita Botelho, apesar de entender o AFRFB que conferia amplos poderes, limitada basicamente A abertura de conta corrente, efetuar pagamentos e recebimentos, tendo o impugnante procuração semelhante quando fora funcionário da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, sem que com isso fosse responsabilizado pelos créditos tributários desta empresa.

10 — "O fato da empresa do impugnante, Mesquita Y Botelho Consultins Ltda., ainda constar no mesmo endereço, apesar de já ter sido realizado a alienação do fundo de comércio/ponto comercial, justifica-se pelo simples fato da empresa estar inativa, desde aquela data e por não exercer atividade mercantil, não prejudicando o exercício de qualquer atividade por outra pessoa jurídica.

11 — "A empresa fiscalizada celebrou contrato para agenciamento comercial e gestão financeira com a empresa do Impugnante e durante um período foi utilizada a respectiva sede para execução das atividades contratadas. Tal fato justifica plenamente a coincidência de endereços, a coincidência de telefones e principalmente o fato do Impugnante assinar cheques e realizar pagamentos diretamente para seus funcionários, inclusive com ligados por parentesco, diretamente da conta bancária da empresa fiscalizada, para fins de economia da CPMF."

12 — Para comprovar suas afirmações de não responsabilidade pela empresa fiscalizada, ressalta "que o boletim de ocorrência de autoria conhecida nº 027/2003 (flagrante), mencionado às fls. 61 e que consta às fls. 1516 a 1524, após mais de 05 (cinco) anos de investigações, ainda não conseguiu demonstrar uma única acusação sequer contra o impugnante".

13 — "Em apertada síntese, o AFRFB atribuiu a responsabilidade ao impugnante pelo fato do mesmo ter assinado vários cheques, apesar de ter procuração pública em nome de sua empresa,

com poderes limitados, coincidência de endereço e telefones, apesar de plenamente justificadas em virtude do vínculo de prestação de serviços para a empresa fiscalizada."

14 — Que o AFRFB afirma ter estrito vínculo com outras pessoas físicas e jurídicas, entretanto não atribui nenhuma responsabilidade a essas.

15 — Que seria necessário para fins de identificação do verdadeiro "MENTOR, sócio oculto, ou responsável", a realização de um rastreamento quanto ao destino dos valores pagos pela fiscalizada.

16 — Que o AFRFB afirma serem os sócios constantes no contrato social "laranjas" pelo simples fato de não terem quotas e rendimentos declarados em DIRPF, sem ao menos investigar outras informações desses sócios.

17 — Questiona se sua situação financeira e patrimonial (e de suas empresas) não deveriam também ter sido investigadas, apresentando documentos que entende demonstrar sua séria dificuldade financeira, o que demonstraria ter situação econômica mais incompatível em relação a expressiva movimentação financeira da fiscalizada, quando comparada a situação das pessoas consideradas "laranjas" pelo AFRFB.

18 - Requer:

a) Seja declarada a nulidade dos seguintes atos: Termo de Sujeição Passiva ., Auto de infração — IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Termo de Verificação Fiscal.

b) Seja devolvido o prazo para impugnação, com o devido envio de todos os documentos que são parte integrante e indissociável do Termo de Verificação Fiscal.

c) A produção posterior de provas, bem como, a realização de diligências e perícias.

d) O cancelamento da multa qualificada;

e) Que seja recalculada a tributação pelo lucro arbitrado, utilizando-se a alíquota de 1,6%, mais favorável para o contribuinte.

f) Que sejam revistos todos os cálculos lançados.

g) Que seja atribuído o efeito suspensivo previsto no artigo 151, inciso III do Código Tributário Nacional, A. presente impugnação, excluindo-se, imediatamente, o impugnante do quadro de sócios e como responsável pelo CNPJ da empresa fiscalizada Agroindustrial Macatuba Ltda., principalmente pelo fato da inclusão de ofício ter sido realizada sem o devido amparo legal.

h) Que se abstenham de prestar quaisquer informações no âmbito criminal, relativamente aos autos do referido processo, antes da efetiva conclusão dos trabalhos fiscais. Na eventual hipótese das cópias já terem sido enviadas, requer a presente impugnação seja também encaminhada.

i) Que seja informada a respectiva vara e comarca em que tramita a Ação Criminal nº 2002.6108008326-0.

A autoridade julgadora de primeira instância DRJ/RIBEIRÃO PRETO/SP, decidiu a matéria por meio do Acórdão 14-23.940, de 14/05/2009 (fls. 1652 e s.s.), julgando o lançamento procedente, tendo sido lavrada a seguinte ementa:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA/IRPJ

Ano-calendário: 2002, 2003

DEPÓSITO BANCÁRIO. INTIMAÇÃO PRÉVIA. RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.

Não há previsão legal de prévia intimação do responsável tributário para fins de comprovação da origem de depósitos bancários realizados em conta bancária do contribuinte.

BASE DE CÁLCULO. PERCENTUAL ARBITRAMENTO.

Demonstrada documentalmente a atividade de comércio atacadista de combustível, a base de cálculo do imposto pelo lucro arbitrado será determinada mediante a aplicação do percentual de oito por cento sobre a receita bruta auferida mensalmente, acrescidos de vinte por cento.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2002, 2003

NULIDADE. AUSÊNCIA DE HORA TERMO DE VERIFICAÇÃO FISCAL.

A ausência da indicação da data e hora de lavratura no termo de verificação fiscal, não invalida o lançamento de ofício.

NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA.

Não se configura cerceamento do direito de defesa se o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação se encontraram plenamente assegurados.

PERÍCIA. DILIGÊNCIA. REQUISITOS.

Considera-se não formulado o pedido de perícia ou diligência que deixe de atender os requisitos legais.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2002, 2003

RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA. PROCEDIMENTO COBRANÇA E EXECUÇÃO.

A qualificação dos responsáveis pelo crédito tributário é inerente aos procedimentos de cobrança e execução do débito, tendo sua indicação no processo de lançamento do crédito tributário o objetivo de lhe oportunizar o contraditório e ampla defesa, em relação à constituição do crédito tributário, desde o lançamento. Cabe a DRJ, apenas, julgar o lançamento que constituiu o crédito tributário.

MULTA QUALIFICADA. FRAUDE.

Demonstrado o evidente intuito de fraude, mantém-se a multa por infração qualificada.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. CSLL. PIS. COFINS.

Aplica-se à tributação reflexa idêntica solução dada ao lançamento principal em face da estreita relação de causa e efeito.

É o relatório. Passo ao voto.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 19/07/2013 por PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS, Assinado digitalmente em 19/07/2013 por PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS, Assinado digitalmente em 29/07/2013 por PLINIO RODRIGUES LI MA

Impresso em 23/10/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Voto

Conselheiro Paulo Jakson da Silva Lucas, Relator

Trata a lide de exigência de IRPJ e reflexos (CSLL, PIS e COFINS), formalizados em decorrência da constatação de omissão de receitas referente e depósitos bancários e investimentos realizados junto a instituições financeiras em que a contribuinte, omissa não localizada, não comprovou mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

A contribuinte Agroindustrial Macatuba Ltda, regularmente intimada do lançamento, não apresentou impugnação, motivo que foi declarada revel em 28/11/2008 (fl. 1.588).

Cientificado Júlio César Mesquita Botelho do Termo de Sujeição Passiva - Responsabilidade Tributária e do Lançamento Tributário, este apresentou recurso voluntário, que atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que regula o processo administrativo fiscal (PAF). Dele conheço e passo a análise.

Responsabilidade Tributária.

O Auto de Infração foi lavrado contra a pessoa jurídica (Agroindustrial Macatuba Ltda). A fiscalização, no entanto, ao efetuar o lançamento do crédito tributário, indicou como responsável tributário Júlio César Mesquita Botelho (Termo de Sujeição Passiva - Responsabilidade Tributária), por entender ser o mentor e responsável pelas operações realizadas através da pessoa jurídica autuada, enquadrando-se no art. 135 da Lei 5.172/66 (CTN).

Em primeiro plano necessário esclarecer que, constata-se do extenso e bem elaborado relatório dos autos que entre as matérias que objetivaram a lavratura do auto de infração em deslinde consta que *“Foram emitidas requisições de movimentação financeiras (RMF) junto aos bancos Bradesco, Itaú, Safra, sendo requisitadas dados cadastrais e extratos bancários relativas as movimentações financeiras da fiscalizada nas respectivas instituições, sendo das respostas recebidas compiladas pela fiscalização”*. Em conseqüência e por disposições regimentais vigentes, aprecio, em primeiro lugar, a possibilidade de prosseguimento do julgamento submetido a este Colegiado.

Constatada que dentre as matérias afetas ao julgamento do presente processo, no que diz respeito ao princípio da legalidade do qual a autoridade administrativa não pode se afastar, está a questão inerente ao acesso dos dados bancários, sem ordem judicial, por parte da autoridade fiscal, enfatize-se ser a matéria principal dos presentes autos.

No caso, tal matéria encontra-se pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal em âmbito de Repercussão Geral, existindo representativo da controvérsia, e, portanto, presente a regra contida nos §§ 1º e 2º do artigo 62A, do Anexo II, do Regimento Interno deste CARF, impõe-se, de ofício, sobrestar-se o feito até que sobrevenha decisão definitiva no *Leadin Case*, de forma a pacificar o entendimento prestigiando-se o entendimento da Corte Suprema e evitando-se discussões desnecessárias.

Confira-se abaixo a regra regimental aludida:

Art. 62A.

As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática prevista pelos artigos 543B e 543C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF.

§ 1º Ficarão sobrestados os julgamentos dos recursos sempre que o STF também sobrestar o julgamento dos recursos extraordinários da mesma matéria, até que seja proferida decisão nos termos do art. 543B.

§ 2º O sobrestamento de que trata o § 1º será feito de ofício pelo relator ou por provocação das partes.

Sendo assim, decido de ofício o sobrestamento do feito.

(assinado digitalmente)

Paulo Jakson da Silva Lucas - Relator